

30 DE JUNHO É GREVE GERAL!

**EM DEFESA DA APOSENTADORIA
E DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES**

#ForaTemer



**ASSEMBLEIA GERAL - 24/06, às 14h
no Auditório do Sintrajud**

Sindicato fará recontagem dos votos da eleição para diretoria executiva

Recontagem será nesta segunda, 19, às 15h, na sede do Sindicato, e terá transmissão ao vivo



Joca Duarte

Nesta segunda-feira, 19, às 15h, na sede do Sindicato, acontecerá a recontagem dos votos da eleição para a diretoria executiva. A recon-

tagem foi determinada por liminar em ação ajuizada pela Chapa 2-Reconstrução. Para garantir ainda mais transparência, além dos

escrutinadores e fiscais indicados por ambas as chapas, por decisão da Diretoria do Sindicato, o procedimento de escrutinação será transmitido online pela página do Sintrajud no Facebook.

Assim como ao longo dos anos de existência do Sindicato, a eleição aconteceu com transparência, democracia e obedecendo todas as determinações do estatuto da entidade. Todo o processo eleitoral foi coordenado pela Comissão Eleitoral, que buscou garantir o respeito ao voto e a vontade da base da categoria, dentro das regras estatutárias. As chapas acompanharam todo o processo eleitoral, todos os mesários, escrutinadores e fiscais, que foram indicados por ambas chapas.

Os três membros da Comissão Eleitoral foram eleitos por ampla maioria dos presentes na assembleia, tendo poucas abstenções e nenhum voto contrário, em assembleia geral, convocada exclusiva-

mente para este objetivo, no dia 6 de maio. Foram eleitos para a comissão eleitoral os servidores Adão Sérgio de Souza (presidente da Comissão Eleitoral), Mirian Cunha Bastos e Altemar Alves Santos. Além dos eleitos, cada chapa indicou um dos seus membros para também compor a Comissão Eleitoral.

Todos os trâmites, discussões e decisões relativas ao processo eleitoral foram deliberadas em reuniões da Comissão, desde o registro das chapas, mapas e horários de votação até a coleta de votos e o procedimento de escrutinação. Para ambas as chapas foi garantida a estrutura de sala, telefone e o envio de um dos materiais para toda a categoria.

Para a diretoria do Sintrajud, a decisão judicial não questiona a lisura do processo eleitoral. Por isso, seguirão os esforços para garantir que seja respeitado o voto e a vontade da base da categoria, dentro das regras estatutárias.

Sintrajud defende os 13,23% contra a súmula proposta por Gilmar

O Sintrajud protocolou no STF um pedido de intervenção na proposta de súmula vinculante que considera inconstitucional a concessão do reajuste de 13,23% aos servidores públicos federais.

Desde que foi publicada pelo STF, no início de maio, a proposta da súmula, apresentada pelo ministro Gilmar Mendes, vem causando grande apreensão entre os servidores do Judiciário. O texto pretende vedar a concessão do reajuste pelos tribunais, tanto pela via admi-

nistrativa como pela judicial.

No pedido de intervenção, o Sindicato defende o direito da categoria ao índice de correção dos salários e solicita que, se aprovada a proposta de súmula, seja excluída a menção à Lei 13.317/2016, "para ressaltar a possibilidade de extensão do índice" a todos os servidores do Poder Judiciário da União.

A Lei 13.317 estabeleceu o reajuste salarial da categoria, dividido em oito parcelas semestrais, a serem pagas até janeiro de 2019. O texto

da Lei reconheceu o direito dos servidores aos 13,23%, conforme aponta o pedido de intervenção do Sintrajud.

O documento destaca que até hoje não houve decisão colegiada sobre o mérito desse reajuste. Portanto, "a tentativa de edição de súmula para encerrar prematuramente o debate viola a Constituição da República", afirma o pedido protocolado no STF.

O Supremo ainda não divulgou a data em que analisará a proposta de súmula vinculante.

Ao nosso querido amigo e lutador José Carlos Logullo Gonçalves!



Eu o conheci ali no seu local de trabalho, na Distribuição da Justiça do Trabalho de Cubatão, quando de nossas passagens no Fórum pra chamar a categoria pra mobilização, muitos anos atrás.

Desde nosso primeiro contato, sua atenção, compromisso e disponibilidade pra ajudar a organizar e tocar as demandas e lutas da categoria no seu Fórum, na Baixada e onde mais fosse preciso o tornaram um refe-

rencial pra mim e certamente, pra todos nós.

Pessoa doce, afável, de semblante e riso sempre aberto, contagiante, participou de todas as nossas inúmeras lutas desde então, ajudando sempre na retaguarda, pois não era dado a pegar microfone e disputar posições, apesar de tê-las e defendê-las com toda sua energia, quando isso se fizesse necessário.

Estava sempre disposto a ajudar e tocar qualquer tarefa ou bucha que aparecesse pela frente, na grande escola e desafio que é o movimento sindical. Com a mesma disposição, vinha sozinho numa tarefa em Santos ou organizava a caravana de lutadores de seu Fórum local rumo às assembleias na capital, afixava ou segurava faixas, bandeiras e símbolos do nosso Sintrajud, nos inúmeros atos, passeatas e lutas que ajudou a organizar e participou conosco ao longo de toda sua vida...

Com ele, tive alguns momentos de confiança e desabafo, enquanto percorríamos no seu carro as curvas das estradas de Santos, rumo às assembleias ou Conselhos de Base de

sábado, na sede do Sintrajud, na capital.

Nestes momentos, trocávamos impressões e falávamos dos desafios da vida, da família, dos rumos de nossas lutas e do nosso país, sempre na alegre expectativa de que com nossa doação e participação as coisas ganhassem novo rumo e resolução.

Nossos corações jorravam quando falávamos de nossas crias, a tentativa de acompanhar seus momentos, aprendizados e crescimento, o sonho e esforço pra entregar um país e mundo melhor pra eles com nossas lutas...

Nosso último contato foi num grupo de WhatsApp, na véspera do AVC que o fulminou de madrugada, quando ele informou que tinha achado e postou sua carteira de associado do antigo Sintrajud, entidade que congregava os servidores da Justiça do Trabalho antes da unificação que deu origem ao nosso Sintrajud.

Lutou e viveu com dignidade, até seu último momento. Mesmo após ter partido, buscando ajudar o próximo, com doação de seus órgãos, que pode salvar vidas...

Sim, são muitas as lembranças e saudades que nosso querido amigo vai deixar em mim e em cada um de nós...

Por ter sido quem foi, seremos sempre gratos e honrados com sua amizade e presença contagiante em nossas vidas e lutas, querido amigo e lutador Zé Logullo!!

Estará sempre presente no espaço sagrado de nossos corações!!

Zé?: Presente!!!



Adilson Rodrigues
servidor da JF Santos e coordenador da Fenajufe

Categoria prepara participação na greve geral

Assembleia Geral acontecerá no dia 24 e definirá atividades de mobilização no dia 30 de junho contra as reformas de Temer

Valcir Araújo

24 de maio: ocupação da Esplanada dos Ministérios, na primeira greve geral, mostrou disposição dos trabalhadores contra as reformas



Para debater a participação da categoria na greve geral do dia 30 de junho contra as reformas de Temer, o Sintrajud convoca todos os servidores para a Assembleia Geral deste sábado, 24, às 14h, na sede do Sindi-

cato. Organizada pelas centrais sindicais, a greve tem como objetivo fortalecer a luta pela derrubada do governo de Michel Temer (PMDB) e barrar a aprovação das reformas da Previdência e trabalhista.

Será um dia para unificar os trabalhadores de todo o Brasil e demonstrar a indignação popular com a situação do país. Apesar das denúncias de corrupção que são praticamente diárias, envolvendo Temer, seus ministros e parlamentares, eles seguem tocando os “trabalhos” do Congresso, visando à aprovação das reformas. A reforma trabalhista, por exemplo, tem previsão para ir à votação no Senado ainda este mês.

Em todo o país, diversas categorias estão fazendo assembleias e preparando a mobilização. “As reformas significam um retrocesso de cem anos nos nossos direitos e somente uma greve geral poderá mostrar a força da unidade dos trabalhadores e barrar esses ataques”, afirmou Inês Leal, diretora do Sintrajud. “Nosso desafio é fazer uma grande greve geral que sirva também para botar para fora Temer e este Congresso corrupto.”

A assembleia também vai eleger os representantes do Sindicato na Reunião Ampliada da Fenajufe, que será no dia 8 de julho, em Brasília.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DO SINTRAJUD/SP

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINTRAJUD/SP, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (artigo 38), faz saber que realizará ASSEMBLEIA GERAL, no próximo dia 24 de junho de 2017, a ser instalada às 14h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número, no auditório do SINTRAJUD/SP, situado na Rua Antônio de Godoy, nº 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP – CEP 01034-000. PAUTA: 1. Informes sobre o Calendário de Mobilização; 2. Deliberação sobre o indicativo de paralisação/mobilização/greve entre outras atividades no dia 30 de junho de 2017 e/ou outras datas a serem deliberadas; 3. Eleição dos(as) delegados(as) do SINTRAJUD à Reunião Ampliada da Fenajufe, que acontecerá no 08 de julho de 2017, em Brasília/DF; São Paulo, 14 de junho de 2017.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Novo texto pune servidor que entrou antes de 2004

Proposta do relator, em discussão na Câmara, deixa aposentadoria integral e paridade ainda mais difíceis

Quem ingressou no serviço público antes de 2004 pode sofrer mais um retrocesso em seus direitos com o relatório do deputado Arthur Maia (PPS-BA), aprovado na comissão especial da Câmara sobre a reforma da Previdência.

Pelo texto original da PEC, a possibilidade de aposentadoria com paridade e integralidade para esses servidores estava destinada apenas aos homens com 50 anos ou mais e mulheres com pelo menos 45 anos na data de publicação da emenda (desde que cumpridos os demais requisitos quanto ao tempo de contribuição e de serviço público). Já o relatório de Arthur Maia exigiu a idade de 65 anos (homens) ou 62 (mulheres).

Os servidores que ingressaram a partir de 2004 no serviço público perderam direito à integralidade e à paridade na reforma previdenciária do governo Lula (PT) e suas aposentadorias são calculadas pela média salarial, com reajustes iguais aos do Regime Geral.

Quem entrou depois de 2013, quando foram criados os fundos de previdência complementar (como o Funpresp-Jud), segue as regras de cálculo da aposentadoria do setor privado, o regime geral (RGPS), inclusive quanto ao teto dos benefícios.

Mais nove anos

A integralidade e a paridade surgiram como parte de um esforço para valorizar o serviço público e atrair profissionais capacitados. Serviram também como compensação ao fato de que o servidor não tem FGTS e outros benefícios da iniciativa privada.

Cinco emendas à Constituição e várias mudanças na legislação ordinária foram deteriorando a situação de quem se aposenta no setor público. Com a reforma, o servidor deve se aposentar cada vez mais tarde, com proventos cada vez menores – possibilidade que aflige pessoas como David José Gomes, do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa.

Ele entrou no TRT em 1990 e antes já havia trabalhado oito anos como servidor estadual. Em setembro, completará 56 anos e terá os requisitos para se aposentar com proventos integrais pelas regras vigentes hoje, depois de 39 anos de contribuição à Previdência. Mas se até lá o substitutivo

for aprovado, ele terá de trabalhar mais nove anos. “Já não agüento trabalhar nem os quatro meses que faltam, muito menos esses nove anos!”, reclama o servidor.

Pedágio

A oficial de justiça Cláudia Faisso-la, diretora de base na Ceuni, lembra que as regras de aposentadoria já mudaram três vezes desde que ela entrou na Justiça Federal, em 1994.

Com 49 anos de idade e 33 de contribuição, Cláudia vivia a expectativa de se aposentar em novembro do ano que vem, quando terá 51 anos e atingirá o fator 85 (soma de idade e tempo de contribuição),

exigido nas atuais regras de aposentadoria integral para as mulheres.

Pelo texto aprovado na comissão da Câmara, Cláudia terá de esperar até 2030 para conseguir a aposentadoria integral. “Até lá, o governo inventa outra regra e vou ter de pagar mais um pedágio”, prevê Cláudia.

“A situação do servidor público é ainda pior do que a de quem traba-

lha para a iniciativa privada, porque nossa contribuição para a Previdência é maior e depois que nos aposentamos continuamos contribuindo”, diz a oficial de justiça.

Ela se refere à contribuição previdenciária de 11% que os servidores aposentados e pensionistas entregam ao governo desde a reforma do governo Lula, em 2003.

Trabalho desde cedo

Um aspecto que aumenta a frustração e a indignação dos servidores é que muitos começaram a trabalhar cedo e acumulam décadas de contribuição à Previdência. A servidora da JF Andreia Alegretti, por exemplo, trabalha desde os 15 anos e agora, aos 45, está perto de completar 30 anos de contribuição previdenciária. Ela esperava se aposentar com proventos integrais daqui a cinco anos e meio.

Se aprovado o texto em tramitação no Congresso, Andreia terá de trabalhar mais 17 anos, para conseguir a aposentadoria integral aos 62. Até lá, terá acumulado 47 anos de contribuição. “Pelos regras de quando comecei a trabalhar, eu já poderia estar me aposentando”, lamenta a servidora. “Isso é trágico, uma grande decepção, sinto-me desestimulada.”



Campanha “Nenhuma ZE a menos” será reforçada

Servidores apontam extinção de zonas eleitorais como mais um ataque aos serviços públicos

Claudio Cammarota



Assembleia setorial no TRE Miquelina: mobilização contra o “desmonte”

A extinção de zonas eleitorais, determinada pelo TSE, faz parte de um processo mais amplo, de desmonte do serviço público na Justiça Eleitoral. A separação entre as funções administrativas e jurisdicionais e a terceirização do atendimento ao público podem ser as próximas etapas do processo.

Foram essas as conclusões a que chegaram os servidores do TRE que realizaram assembleia setorial diante da sede do Tribunal no dia 13. A categoria está em campanha contra a Resolução 23.520, aprovada pelo TSE no início do mês, que estabelece as diretrizes para a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais no interior dos estados.

“A maior parte das eleições suplementares, provocadas pela

ocorrência de abuso do poder econômico, acontece onde não há cartório eleitoral”, observou Marcella Pimentel, chefe de cartório na zona sul da capital.

Campanha de mobilização

Servidores dos cartórios da capital e do interior elegeram uma comissão para organizar a mobilização em todo o estado, procurar canais de interlocução com o TRE e buscar o apoio de juízes, prefeitos, vereadores, deputados e entidades contra a extinção das zonas eleitorais. Grupos formados nos aplicativos *WhatsApp* e *Telegram* ajudam os servidores a trocar informações e divulgar as atividades da campanha.

“Grande parte da categoria ainda

não percebeu as ameaças trazidas pela extinção de zonas eleitorais e pela terceirização”, apontou Marcos Pereira, da Justiça Eleitoral em Osasco. Para a servidora do TRE Raquel Morel Gonzaga, diretora do Sintrajud, muitos servidores só agora começam a compreender todas as implicações das mudanças em curso “porque o TSE apresentou como zoneamento o que na verdade é a extinção de zonas eleitorais”.

Terceirização

O economista e assessor do Sintrajud Washington Moura Lima mostrou que até 15 de maio a Justiça Eleitoral havia liquidado menos de 20% do seu orçamento para o ano. Confrontado com esses números, o próprio Tribunal abandonou o argumento do corte de gastos, usado inicialmente para justificar a medida.

“É claro que há um desmonte, hoje concentrado em algumas

zonas eleitorais, mas que vai se alastrar”, afirmou o economista. O próximo passo, disse Washington, é a terceirização de atividades hoje executadas por servidores, o que também não vai economizar recursos. “O trabalhador terceirizado pode sair mais caro do que o concursado”, declarou.

“Muita gente relaciona a terceirização com aumento de eficiência; temos de fazer um contraponto a isso”, afirmou a servidora Eveline Lima, do TRE Miquelina.

“É importante que os servidores da Justiça Eleitoral participem da greve geral do dia 30 [de junho] e levem também essa bandeira contra a extinção das zonas eleitorais e a terceirização”, defendeu Maurício Rezzani, diretor do Sintrajud.

Veja a cobertura completa no site do Sintrajud. Também estão disponíveis para download os materiais da campanha.

Algumas ações já definidas para a campanha

- Organização de pólos regionais de mobilização;
- Distribuição de carta aberta à população;
- Distribuição de adesivos, colocação de faixas e cartazes nos cartórios eleitorais;
- Busca do apoio de juízes, prefeitos, vereadores, deputados, além do Ministério Público Estadual, sindicatos e outras entidades;
- Panfletagem e manifestações em aeroportos;
- Participação na Greve Geral de 30 de junho.

Temer tenta acelerar reforma trabalhista

Base governista articula para que o projeto seja votado antes da greve geral de 30 de junho

Hélio Duarte Filho

Após aprovar a reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), o governo tenta levá-la ao plenário ainda em junho, antes da greve geral convocada pelas centrais sindicais.

Um acordo entre parlamentares governistas e de setores da oposição elaborou calendário de votação do relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) fora dos prazos que inicialmente representantes do governo disseram querer pautar, mas ainda com possibilidade de a matéria ir a voto no plenário neste mês.

A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos no dia 6, em votação apertada, 14 votos a 11, e está agora pautada para ser votada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta terça-feira, 20. Antes de ser levada ao plenário, o texto ainda passará pela



Comissão de Constituição e Justiça.

A reforma tramita por meio de projeto de lei (PLC 38/2017) e, por isso, pode ser aprovada com maioria simples de votos. O Planalto aposta nas reformas para evitar a derrocada do governo após a delação da JBS.

As denúncias de corrupção evidenciam, entre outras coisas, compra de votos de parlamenta-

res para aprovar projetos de interesse de grupos empresariais, que “bancam” a propina para depois faturar com obras públicas ou mudanças legais que lhes favorecem.

“Crise brutal”

Mesmo com isso tendo se tornado público, a base governista não vê problemas em aprovar projetos como a reforma trabalhista, que chega ao ponto de fazer com que acordos negociados entre trabalhadores e patrões se sobreponham a direitos assegurados na lei.

“A crise é brutal, é devastadora, mas temos que continuar cumprindo com nossa responsabilidade, não estamos de recesso”, tentou justificar o relator Ricardo Ferraço, dias antes de o relatório ser votado na CAE.

Os movimentos sindicais e sociais provavelmente concordam que a crise política “é brutal e devastadora”. Para eles, porém, isso apenas confirma que é preciso parar as reformas e o governo.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Elizaldo Veríssimo da Silva, Ênio Ferreira Mathias, Erlon Sampaio de Almeida, Flávio Conrado Junior, Inês de Castro, João Carlos Carvalho da Silva, Lucas José Dantas Freitas, Lynira Rodrigues Sardinha, Maria Angélica Olivieri, Maria Helena Garcia Leal, Maurício Rezzani, Raquel Morel Gonzaga, Salomão Sousa Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Jornalistas Responsáveis: Hélio Batista Barboza e Shuellen Peixoto | Colaboração: Hélio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Lima | Tiragem: 12.500 exemplares

